

Governo quer ampliar isenção do IR

RECEITA FEDERAL

Faixa de contemplados subiria dos atuais R\$ 1.903,98 mensais de renda para R\$ 2.640, caso o aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 seja aprovado a partir de 1º de maio

Lula avalia isenção do IR até 2 salários mínimos

ÍDIANA TOMAZELLI E BRUNO BOGHOSIAN

MARCHE CASAL/AGÊNCIA BRASIL



A tabela do IR está sem reajuste desde 2015, quando a isenção atendia quem recebia quase 2,5 salários mínimos por mês

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia isentar trabalhadores que ganham até dois salários mínimos do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ainda em 2023. Hoje, a faixa de isenção contempla a remuneração de até R\$ 1.903,98 mensais. Com a mudança, ficariam livres do imposto aqueles que recebem até R\$ 2.640, caso seja confirmado um novo aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio.

Pelo menos duas formas de isenção estão em análise pelo Ministério da Fazenda. Uma delas é a simples correção da tabela, ampliando a faixa de isenção para o valor almejado pelo governo. Essa via, porém, tem custo mais elevado, uma vez que a medida alcançaria todos os trabalhadores, independentemente da remuneração. Como o imposto incide sobre cada faixa de renda do contribuinte, quem ganha acima de dois salários mínimos também teria algum alívio no bolso.

A segunda opção é mais complexa, mas reduz a renúncia de recursos. Segundo interlocutores, é possível focar a isenção nos trabalhadores que efetivamente ganham até dois salários mínimos, mantendo a tabela atual.

Isso seria feito na declaração de ajuste, apresentada anualmente pelos contribuintes à Receita Federal. Dessa forma, o trabalhador teria descontado o IR na fonte todos os meses, como ocorre atualmente, mas receberia a restituição de todo o imposto pago após a declaração, feita no ano seguinte.

Como a declaração traz informações detalhadas da remunera-

ção de cada contribuinte, seria possível filtrar apenas aqueles que ganham até dois salários mínimos para serem contemplados com o benefício. Quem recebe acima desse patamar continuaria pagando IR pela tabela vigente.

Além da economia de recursos, essa via tem a vantagem de não afetar o teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas e ainda está em vigor. As restituições do IRPF não ficam ao alcance do limite de gastos, ao contrário do que ocorreria com algum tipo de transferência de renda nos moldes do Bolsa-Família.

OUTRA SUGESTÃO A segunda opção também seria mais progressiva, concentrando o benefício nas camadas de renda mais baixa. O tema foi um dos assuntos tratados por Lula em reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda),

Luiz Marinho (Trabalho) e Rui Costa (Casa Civil), no Palácio do Planalto, na quinta-feira. Segundo interlocutores, o martelo ainda não está batido sobre qual modelo será escolhido, mas a ideia é preparar o anúncio para depois do carnaval ou no início de março.

Uma ala do governo chegou a defender uma medida mais modesta, com a isenção corrigida apenas para beneficiar os trabalhadores que recebem até 1,5 salário mínimo por mês, o que pode equivaler a R\$ 1.980 a partir de maio.

Politicamente, no entanto, o impacto desse ajuste é considerado tímido demais para atender à base eleitoral e à plataforma do presidente. O petista prometeu durante a campanha, isentar de IR os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil mensais. Após o início do governo, a promessa virou dor de cabeça e passou a sofrer resistências

do Ministério da Fazenda.

A tabela do IRPF está sem reajuste desde 2015. Na época, o salário mínimo era de R\$ 788 mensais, ou seja, a isenção atendia trabalhadores com remuneração de quase 2,5 salários mínimos por mês. Segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), a defasagem chega a 148% desde 1996. (folhapress)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia/Internacional Pagina: 8